

CRONOLOGIA COMENTADA

ANO DE 1915

ACONTECIMENTOS EM PORTUGAL

AUTOR: António José Telo (Academia Militar)

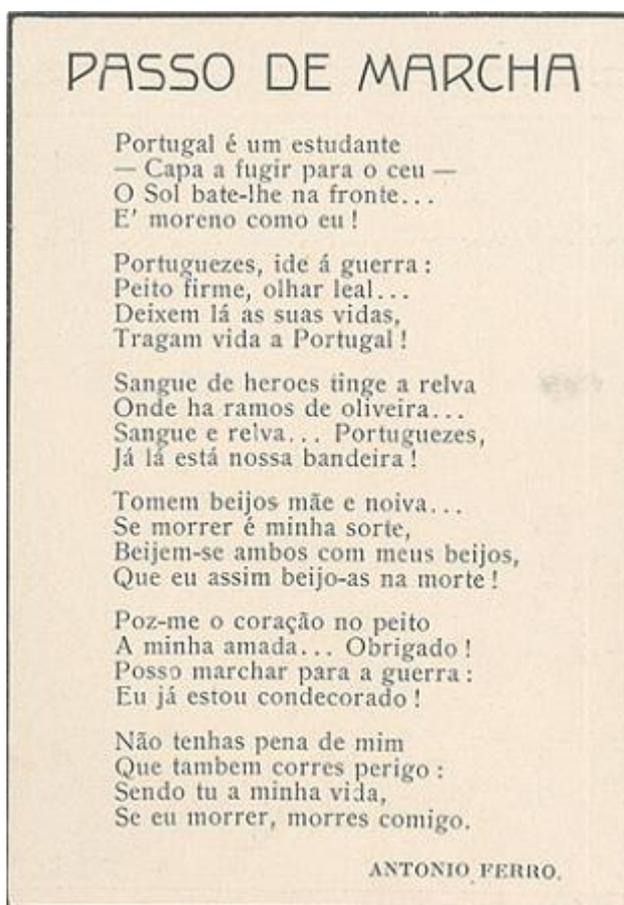
Nota: Esta cronologia comentada inclui dados de fontes primárias portuguesas, francesas e britânicas até hoje desconhecidas. Estas fontes foram levantadas por uma linha de investigação a funcionar na Academia Militar, onde participam 11 investigadores civis e militares dos três ramos das Forças Armadas.



A Ilustração Portuguesa, que vemos aqui numa capa de fins de 1915, foi a melhor revista ilustrado da República, ligada ao jornal O Século. A representação inglesa em Lisboa considerava-a como “amiga da Inglaterra” e condecorou os seus responsáveis depois da guerra pela colaboração com os Aliados. Todas as fotografias usadas para ilustrar esta cronologia são retiradas da Ilustração Portuguesa de 1915.

ENQUADRAMENTO GERAL

Entre Agosto e Dezembro de 1914 definem-se de forma clara dois campos em Portugal: os guerristas e os anti-guerristas. Os guerristas querem forçar a beligerância e precipitar Portugal na guerra, contra a vontade do seu Aliado (a Grã-Bretanha) e com o envio de tropas para combater em França. Os anti-guerristas pensam que Portugal se deve defender em África e aceitar todos os pedidos feitos em nome da Aliança, mas não deve forçar a beligerância e não deve combater em França, excepto se a Grã-Bretanha o solicitar de forma inequívoca.



A *Ilustração Portuguesa* de 1 de Janeiro de 1915 publicava com destaque este poema de António Ferro a incitar a beligerância portuguesa. Era um elemento da campanha do Governo Guerrista prestes a cair.

Os guerristas têm o seu núcleo nos republicanos radicais, principalmente no Partido Democrático de Afonso Costa. Para eles, a beligerância surge como uma forma de recuperar o prestígio externo abalado, consolidar o débil regime republicano e, sobretudo, perpetuar o seu controlo do poder, transformando a República num regime radical e sectário, com um mínimo de liberdades para toda a oposição.

Os anti-guerristas consideram que Portugal deve sobretudo defender o seu domínio colonial e a integridade nacional, pelo que é essencial manter a ligação com a Grã-Bretanha e responder positivamente a todos os seus pedidos. Acham, porém, que isso não implica forçar a beligerância que o Aliado não deseja e pensam que o programa guerrista é anti-nacional, pelo que se opõem ferozmente a ele. O grande problema dos anti-guerristas, o seu paradoxo inultrapassável, é que se, apesar dos seus esforços, a beligerância surgir, então são obrigados a fazer o melhor para garantir a eficácia possível. Os anti-guerristas são um bloco muito amplo, que inclui quase todo o movimento monárquico, os republicanos moderados, os católicos e grande parte do Portugal rural e não organizado politicamente. Eles representam a esmagadora maioria da Nação, fundamentalmente moderada, conservadora e tradicional, que choca frontalmente nestes anos com a minoria radical dos guerristas.

Para além destes dois grandes blocos, há que distinguir duas outras correntes minoritárias. Existe em Portugal uma corrente germanófila, mas de dimensão muito reduzida. Dela fazem parte, por exemplo, parte do sector miguelista nos monárquicos, tradicionalmente ligados à Áustria-Hungria, mais do que à Alemanha. Existe ainda um movimento contra à guerra com cores radicais e de esquerda, que encontra expressão numa parte dos sindicalistas revolucionários e dos anarquistas. O movimento contra à guerra não deve ser confundido com os anti-guerristas: um é radical de inspiração anarquista e opõe-se a qualquer tipo de guerra entre os “estados capitalistas”, como ele próprio refere; o outro é conservador e moderado, amigo da Inglaterra e só se opõe ao projecto de forçar a beligerância contra o desejo britânico.

Em Portugal, a partir de 1915, as antigas clivagens entre monárquicos e republicanos passam para segundo plano e a divisão principal passa a ser entre guerristas e anti-guerristas. Isto é uma péssima notícia para os radicais republicanos no poder, pois antes só tinham de enfrentar os monárquicos, enquanto depois de 1915 passam a lutar contra um bloco mais amplo, que inclui monárquicos, republicanos conservadores, independentes e movimento católico entre outras correntes.

O primeiro grande choque entre guerristas e anti-guerristas surge em começos de 1915 e vai marcar a evolução futura. Ele nasce no seguimento da tentativa dos guerristas de forçar a beligerância em 1914, graças ao pedido da França para ceder peças Schneider de 75TR que Portugal tinha comprado à França no tempo de D. Carlos. A cedência de peças não implicava a beligerância, mas o guerrista Pereira d'Eça (Ministro da Guerra), logo afirma que as peças não podem seguir sem os homens, pelo que é necessário enviar toda uma divisão para combater em França, o que obviamente colocaria Portugal no conflito. O anti-guerrista Freire de Andrade (Ministro dos Negócios Estrangeiros), opõe-se como pode a este movimento e é apoiado pela Grã-Bretanha, que não deseja a beligerância. A França, em contrapartida, apoia Pereira d'Eça, pois é favorável a uma beligerância portuguesa. Significa isto que o conflito entre guerristas e anti-guerristas é igualmente um choque entre os dois principais Aliados: a França e a Grã-Bretanha.

A Grã-Bretanha é obrigada a apoiar o pedido de cedência de peças feito pela França, mas esclarece que só pretende as peças e não os homens. O Governo Português, chefiado pelo guerrista Brito Camacho, procura fazer a opinião pública acreditar que a Grã-Bretanha quer a

beligerância portuguesa, distorcendo a realidade. Londres reage indirectamente: favorece que os ultra-secretos documentos oficiais britânicos, que ela não pode divulgar oficialmente, sejam cedidos ao principal chefe da oposição republicana: o Unionista Brito Camacho. Este escreve com base na documentação britânica uma série de artigos no jornal “A Luta” em fins de 1914 onde denuncia a verdade: o Governo está a mentir e a Grã-Bretanha não quer a beligerância! É com base nestes artigos que o movimento anti-guerrista se organiza para impedir o que considera ser um desastre nacional: a beligerância forçada contra a vontade do Aliado.

A acção dos anti-guerristas, em coordenação com a Grã-Bretanha, tem um efeito imediato: o Governo é obrigado a deixar seguir as peças sem os homens, tal como Londres queria deste o primeiro momento. O executivo de Bernardino Machado cai então e forma-se um outro, onde a presença dos anti-guerristas é mais forte, mas ainda dominado pelos guerristas: é o gabinete do Comandante Vítor Hugo de Azevedo Coutinho, criado a 12 de Dezembro de 1914 e logo crismado de “os Miseráveis de Vítor Hugo”. É um gabinete dividido e sem prestígio, que se limita a tentar gerir a crescente tensão entre guerristas e anti-guerristas, numa altura em que estes últimos estão em ascensão depois de o País ter confirmado que a Grã-Bretanha não quer a beligerância portuguesa.



Ilustração Portuguesa de 11 de Janeiro de 1915.

Fotografia dos Dragões de Angola, a unidade que mais de destacou no combate de Naulila de fins de 1914, devido à acção do tenente Aragão, que comandou uma carga contra os alemães – a única carga da cavalaria portuguesa contra os Alemães. O Tenente Aragão foi dado como morto no combate.

Recordamos que em 1914 Portugal, mantendo a neutralidade formal, inicia os combates contra a Alemanha em Angola (Naulila) e faz inúmeros “favores” ao Aliados, como sejam o trânsito de tropas britânicas por Moçambique, a exportação de todo o tipo de produtos para Gibraltar, o fornecimento de carvão aos navios britânicos em portos nacionais, a autorização para os navios Aliados permanecerem nos portos nacionais para além dos prazos legais, a cedência de 20 mil espingardas Mauser-Vergueiro à África do Sul, a cedência de umas dezenas de peças de 75TR (sem munições) transportadas para portos ingleses. Estas peças foram cedidas a pedido da França, mas como usavam munições diferentes das francesas e Portugal não mandou as suas munições, acabaram por ficar nos armazéns britânicos, embora a versão oficial é que foram cedidas à Bélgica – a versão oficial e a realidade raramente coincidem nos anos da Grande Guerra.

JANEIRO DE 1915



Ilustração Portuguesa, 25 de Janeiro de 1915

Soldados de Infantaria 2, fiéis ao Governo, formam uma linha de atiradores nas traseiras do Quartel de Lanceiros de Belém, quando os seus oficiais foram presos ao tentarem entregar as espadas a Manuel de Arriaga.

Janeiro até 20 – Desde começos de Janeiro que se fazem sentir várias movimentações dos oficiais do Exército contra a interferência dos civis dos grupos radicais nos quartéis e contra a tentativa de forçar a beligerância. O Capitão Martins de Lima foi eleito pelos oficiais de várias unidades de Lisboa para reclamar do Governo o fim das entradas abusivas de civis nos quartéis, onde organizavam os grupos radicais. Já antes o Major João Craveiro Lopes, que tinha sido afastado da sua unidade normal por interferência do Partido Democrático, foi nomeado como porta-voz dos protestos da guarnição de Lisboa junto do Ministro da Guerra. Afonso Costa, sentindo o aumento do movimento de protesto militar, faz uma digressão pelos quartéis, onde cumprimenta sobretudo os sargentos, o que era uma forma de os incentivar a continuarem a vigiar os oficiais em que não confiava. Nesta altura os quartéis estavam infiltrados pelos grupos de civis armados radicais ligados ao Partido Democrático, que organizavam as suas antenas dentro das unidades, principalmente entre os sargentos. A sua

principal missão era vigiar os oficiais e impedir que eles lançassem qualquer movimento aproveitando o crescimento da oposição à beligerância que o Partido Democrático pretendia forçar. Os grupos de civis armados eram semi-legais, fomentados discretamente pelo Governo e com diversos nomes: Núcleos de Defesa do Estado, Batalhões de Voluntários, Sociedades de Instrução Militar Preparatória. Os ligados ao Partido Democrático, que eram a maioria nesta altura, eram genericamente conhecidos como a “Formiga Branca”. Era uma tentativa de criar um exército civil ligado ao Partido Democrático que mantivesse sob controlo o Exército oficial, infiltrado pelos grupos civis.

Um dos resultados deste processo é que, em começos de 1915, se tinham já organizado igualmente grupos de civis armados de sinal contrário para combater a acção da Formiga Branca, alguns ligados aos republicanos moderados (como o grupo do Beato em Lisboa, ou os de Machado Santos) e outros ligados aos monárquicos (principalmente na província).

20 de Janeiro – Carnegie, o Ministro Britânico em Lisboa, envia um telegrama para o Foreign Office (o MNE britânico) onde refere que os artigos de Brito Camacho provocaram o efeito pretendido: a opinião pública nacional percebeu que a Grã-Bretanha não desejava a beligerância. Acrescenta que as opiniões expressas por Brito Camacho são partilhadas pelos sectores “*mais esclarecidos e moderados da sociedade portuguesa*” e que o seu movimento se opõe à tentativa de Bernardino Machado e do Partido Democrático de forçar a beligerância (PRO FO 371/2470).

20 de Janeiro – Primeira fase do movimento das espadas. Um grupo de oficiais proveniente de várias unidades (Cavalaria 2, Engenharia, Infantaria 5, Escola de Guerra entre outras) sai do quartel de Cavalaria 2 e dirige-se pela Calçada da Ajuda para o Palácio do Presidente a quem pretendem entregar as suas espadas, como um protesto contra os desejos dos guerristas. São encabeçados pelo capitão Martins de Lima. O quartel dos Lanceiros já está cercado por unidades fiéis ao Governo, nomeadamente Infantaria 2, que forma uma linha de atiradores na sua retaguarda. O grupo de oficiais é interceptado pelo coronel Tomás de Sousa que lhes dá ordem de prisão. Os cerca de 40 oficiais envolvidos não resistem e são conduzidos sob prisão para navios no Tejo.



Ilustração Portuguesa de 25 de Janeiro de 1915

O comandante de Lanceiros de Belém e os seus oficiais levados sob prisão para os navios no Tejo, sem terem conseguido entregar as espadas ao Presidente da República.

21 de Janeiro – A prisão dos oficiais que só pretendiam entregar as espadas ao Presidente da República levanta uma onda de indignação muito forte no corpo de oficiais. Muitos dirigem-se a casa do general Pimenta de Castro pedindo-lhe que comande um movimento de protesto. Outros enviam telegramas ao Presidente da República, pedindo igualmente a sua acção contra o que consideram ser o “desastre nacional” provocado pelos guerristas. Vários grupos de civis ligados aos republicanos moderados (alguns armados) realizam pequenas manifestações de protesto contra a prisão dos oficiais. Os jornais ligados à oposição (A Luta, O Intransigente, Notícia, entre outros) são apreendidos quando publicam artigos a apoiar os oficiais presos. Começam a circular panfletos clandestinos que pedem que o Governo seja derrubado violentamente e apelam a Machado Santos para encabeçar o movimento, de modo a não haver dúvidas que não era monárquico.

22 de Janeiro – Machado Santos entrega a sua espada ao Presidente da República em Belém, como manifestação de solidariedade para com os oficiais presos. O seu exemplo é imitado por centenas de oficiais que entregam as espadas. É um movimento simbólico pelo qual os oficiais do Exército provam que os 40 presos não estavam isolados, ao mesmo tempo que manifestam a sua oposição formal à política de forçar a beligerância e dizem confiar no Presidente da República para a impedir.

23 de Janeiro – Manuel de Arriaga, tendo por detrás o apoio dos oficiais do Exército, dirige uma carta ao General Pimenta de Castro onde o convida a formar Governo e acabar com a política de forçar a beligerância. Nela se diz: *“Vejo-me violentado a intervir novamente nesta amaldiçoada barafunda política, em que as paixões sectaristas e a intolerância dos velhos*

costumes tem envolvido esta nossa querida Pátria. Se não se acode desde já com firmeza e prontidão ao incêndio em que as facções estão ardendo há muito tempo, como desejando reduzir tudo isto à podridão e à miséria, estamos perdidos” (Carta de Manuel de Arriaga, reproduzida em O Ditador e a Afrontosa Ditadura, Weimar, 1915, pp. 11).

25 de Janeiro – Toma posse o terceiro Governo desde que começou a guerra, que é o primeiro retintamente anti-guerrista. É presidido pelo general Pimenta de Castro, que acumula com a pasta da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, enquanto o Almirante Xavier de Brito tem a pasta a Marinha. A Grã-Bretanha aplaude a criação deste gabinete que vai acabar com a tentativa de forçar a beligerância.



Ilustração Portuguesa de 2 de Fevereiro de 1915

Pimenta de Castro o novo chefe do Governo sentado no gabinete do Ministro da Guerra

Janeiro – Em resposta ao combate de Naulila é formada uma nova força para reforço de Angola. Ao todo, estão incluídos 2 batalhões de infantaria (saídos dos RI18 do Porto e RI19 de Chaves), 2 companhias independentes (provenientes do RI20 de Guimarães), 2 esquadrões de cavalaria (do RC3 de Estremoz e do RC4 de Lisboa), 5 baterias de artilharia (saídas dos RA7 de Viseu, RA8 de Abrantes, RA1 de Lisboa, RA2 da Figueira da Foz, RA3 de Santarém), 4 baterias de metralhadoras (do 1º Grupo de Lisboa, do 3º Grupo do Porto e do 6º Grupo de Bragança) e serviços de saúde (do 2º Grupo de Companhias de Saúde de Coimbra). Esta numerosa força de mais de 4300 homens é considerada meramente como “reforço da 1ª expedição” que seguiu em 1914, apesar de ser quase o dobro desta. Vai partir de Lisboa em vários contingentes que

embarcam entre Janeiro e Setembro de 1915. O primeiro contingente do “reforço” desfila na Praça do Município em Lisboa, saudado pelo Presidente da República Manuel de Arriaga e muito ovacionado antes de embarcar no Arsenal da Marinha. Há um acordo entre guerristas e anti-guerristas que apoiam o envio de forças para África, pelo que o Presidente da República usa o embarque das tropas como um teste à sua popularidade na altura da mudança de Governo.



Ilustração Portuguesa de 2 de Fevereiro de 1915

As forças expedicionárias para África saúdam o Presidente da República na Câmara Municipal de Lisboa, antes de embarcarem.



Ilustração Portuguesa de 2 de Fevereiro de 1915

Os navios com os expedicionários que embarcaram no Arsenal da Marinha partem do Tejo, saudados por inúmeras pequenas embarcações.

Janeiro de 1915 – Segue ainda para Angola um batalhão da Marinha, com 3 companhias e 2 secções de metralhadoras, num total de cerca de 600 homens. A ele juntam-se contingentes da Marinha desembarcados das lanchas e navios que prestam serviço em África.



Ilustração Portuguesa de 15 de Fevereiro de 1915

Marinheiros da Lancha Canhoneira Rio Minho participam em terra nos combates no Lubango



Ainda as forças da Marinha no Lubango (I.P de 15 de Fevereiro de 1915). De notar que é usada a metralhadora francesa Hotchkiss e não a Maxim britânica que era a arma do Exército. No Exército, só a cavalaria colocou a possibilidade de adoptar a Hotchkiss, pois era uma arma mais leve que a Maxim (embora com menor poder de fogo, devido em larga medida ao seu carregador em pente, enquanto a Maxim usava uma cinta).

FEVEREIRO DE 1915



Ilustração Portuguesa de 8 de Fevereiro de 1915

Uniforme dos Voluntários de Benguela, uma das unidades recrutadas em Angola para a campanha de 1914-1915.



Os voluntários de Benguela formados na parada do seu quartel, muitos ainda com roupas civis. Para além das forças expedicionárias enviadas para África, Portugal mobiliza ainda contingentes em Angola e Moçambique, tanto entre os colonos como nas populações africanas.

24 de Fevereiro – O Governo Pimenta de Castro publica a nova lei eleitoral. O general defendia desde há muito o sufrágio universal, com o acesso ao voto de toda a população masculina adulta, mas cede às pressões dos republicanos moderados, que temem igualmente as consequências do voto universal, pelo que recua – só Sidónio Pais viria a adoptar o voto universal durante a República, medida anulada em 1919. A nova lei limita-se a alargar o direito de voto aos oficiais e sargentos das Forças Armadas e permite uma maior representação das minorias (que antes não tinham qualquer representação em muitos círculos). Apesar de a lei alargar o universo eleitoral e a representação das minorias, o Partido Democrático logo a classifica de ditatorial, por alterar a lei de Afonso Costa de 1913. No seguimento da nova lei eleitoral, o Governo dá liberdade aos monárquicos e católicos para se organizarem legalmente e prepararem a participação nas eleições – o Partido Democrático logo reforça as acusações de “ditadura”... Uma manifestação com centenas de oficiais fardados apoia o Governo e a nova Lei, mostrando que o Exército continua por detrás de Pimenta de Castro.



Ilustração Portuguesa de 8 de Fevereiro de 1915

O gabinete de Pimenta de Castro (Coronel Goulart de Medeiros, V-Alm Xavier de Brito, Coronel Gomes Teixeira, Coronel Teófilo Trindade, General Pimenta de Castro, Dr. Guilherme Moreira e Capitão Herculano Galhardo). Os militares do Exército são a maioria.

Fevereiro de 1915 – Parte mais um contingente para Angola, organizada à volta de Infantaria 19. Os alemães saíram de Angola ainda em 1914 para não mais voltarem, mas as populações do Sul revoltam-se contra a soberania portuguesa devido ao recuo de todo o dispositivo militar ordenado por Alves Roçadas. Em 1915 Angola vai conhecer típicas campanhas de pacificação, feitas com meios muito significativos à escala nacional – nunca Angola tinha recebido tantos expedicionários portugueses. O Governo Pimenta de Castro apoia e fomenta o envio das forças expedicionárias para África. O General Pereira d’ Eça, um radical guerrista, é enviado pelo Governo Pimenta de Castro para comandar as forças em Angola, possivelmente como forma de o afastar de Portugal. É o começo de uma série imensa de “colocações políticas” dos responsáveis militares, escolhidos normalmente pelo poder político, não pela sua competência militar, mas para os afastar do centro do poder em Lisboa. Os guerristas fariam o mesmo numa escala muito maior quando reconquistaram o poder.



Ilustração Portuguesa de 15 de Março de 1915

O General Pereira d' Eça, um dos mais salientes guerristas, embarca no vapor África. Foi nomeado Governador Geral de Angola.



Ilustração Portuguesa de 15 de Fevereiro de 1915

Três ministros do Governo Pimenta de Castro (Colónias, Marinha e Finanças) vão a bordo do Paquete Portugal despedir-se das forças que partem para Angola.

MARÇO DE 1915

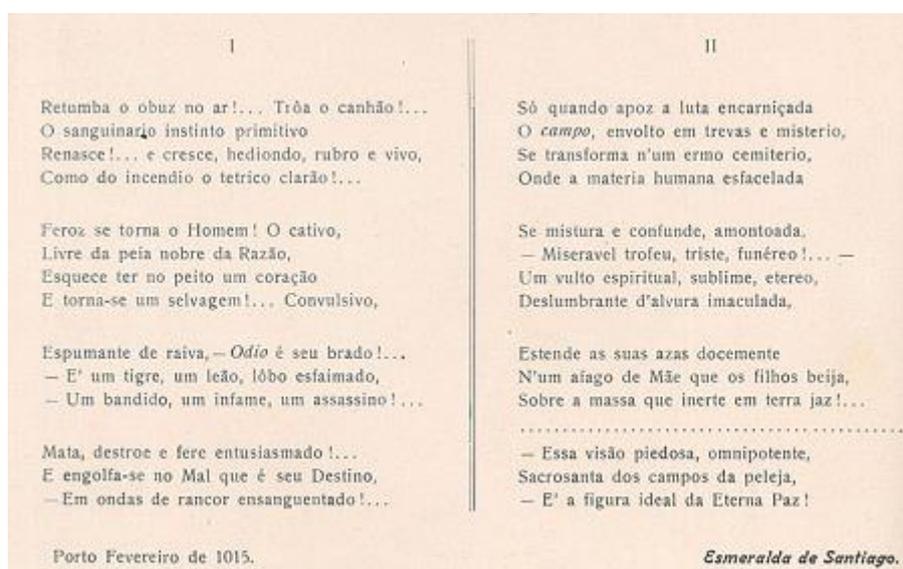


Ilustração Portuguesa de 1 de Março de 1915

Uma mudança elucidativa: a Ilustração Portuguesa, que antes só publicava poemas a apelar à beligerância, passa agora a aceitar nas suas páginas poemas a louvar a paz. É a mesma revista e os mesmos editores, mas um Governo diferente.

21 de Março – Mais um telegrama muito esclarecedor de Carnegie, enviado para o FO. O representante britânico em Lisboa comenta a publicação de um relatório do antigo Ministro da Guerra Pereira d'Eça, dizendo que ele mente de forma aberta e consciente. Carnegie escreve: *“Ele (Pereira d'Eça) omite o facto de que, quando nós pedimos as peças de artilharia sem os homens, foi ele que insistiu na condição que as peças tinham de ser acompanhadas por uma divisão completa e que o Governo de Sua Majestade (é o Governo Britânico) só aceitou esta imposição depois de terem falhado todas as tentativas para o impedir”* (PRO FO 371/2470). Carnegie acrescenta ainda que as dificuldades sentidas para enviar cerca de 9000 homens para as colónias provam que Portugal não está em condições de formar uma divisão de 20000 homens a enviar para França.

31 de Março – O Governo de Pimenta de Castro manda desmobilizar as praças das unidades expedicionárias para a Europa, mantendo a mobilização das que estavam previstas partir para África. Era o fim da tentativa de forçar a criação de uma divisão a enviar para França. A Grã-Bretanha aplaude.



Ilustração Portuguesa de 15 de Março de 1915.

O senador Bernardino Machado é proibido pelo TC Paulino de Andrade de entrar no Palácio do Congresso, cercado por forças da GNR, pois o Governo tinha dissolvido as Câmaras. Foi no seguimento desta proibição que se combinou a reunião da maioria dos deputados e senadores no Palácio da Mitra, sem conhecimento do Governo.

Março – O Governo de Pimenta de Castro não permite a reunião das câmaras, dominadas pelo Partido Democrático e anuncia a realização de eleições em meados de 1915, onde se poderiam candidatar os monárquicos, para além dos partidos republicanos. O Partido Democrático promove uma reunião não legal do Congresso no Palácio da Mitra, em Santo Antão do Tojal, onde condena o Governo de Pimenta de Castro, acusando-o de ser uma “ditadura”.

Março – Para além de permitir que os monárquicos se organizassem legalmente o Governo deixou a Igreja reabrir alguns templos antes encerrados, pondo assim fim à guerra que os católicos mantinham com o Estado Republicano desde 1911. Regressaram vários bispos que estavam no exílio e foram permitidas procissões católicas na via pública. Surgiram confrontos violentos quando a Igreja tentou organizar as primeiras. A GNR e o Exército são chamados para escoltar as procissões e garantir a sua segurança.



Ilustração Portuguesa de 22 de Março de 1915

O Estado Português tenta fazer as pazes com a Igreja Católica, objecto de várias perseguições desde 1911. Na foto de cima um bombeiro tem de entrar pela janela para abrir por dentro a porta da Igreja da Graça, reaberta ao pública, pois a Comissão dos Cultos dominada pelos radicais republicanos recusou-se a entregar as chaves. Na foto de baixo vemos uma cena da Procissão das Cinzas em Vila de Conde, que recomeçou em 1915, depois de vários anos de proibição.

ABRIL DE 1915



Ilustração Portuguesa de 5 de Abril de 1915

Afonso Costa ao sair do Congresso do Partido Democrático realizado no Teatro Politeama. Apesar de o Partido Democrático já estar a conspirar para derrubar violentamente o Governo este permite que continue a publicar os seus jornais e a realizar os seus congressos de forma legal, ao contrário do que acontecia com a oposição quando o Partido Democrático estava no poder.

30 de Abril – O FO (MNE britânico) envia um primeiro telegrama a Carnegie sobre os navios alemães em portos portugueses, ainda durante o Governo de Pimenta de Castro, o que prova que não foi a sua queda que fez surgir a questão nos navios. No telegrama diz-se que o Almirantado gostava de obter os navios alemães refugiados em portos portugueses, mas sem provocar a beligerância. Pede-se a opinião de Carnegie sobre a melhor forma de o conseguir. Carnegie responde a 13 de Maio (ainda com o Governo de Pimenta de Castro) levantando várias possibilidades legais, mas acrescentando uma prevenção muito importante: há o risco de o pedido da apreensão dos navios provocar a beligerância portuguesa, *“o que, segundo penso, o Governo de Sua Majestade quer evitar enquanto for possível”*.



A posição do militarismo alemão: Pregado a Este, a Oeste e ao . . . Centro.
(*L'Arivo*).

Ilustração Portuguesa de 5 de Abril de 1915

Uma das muitas caricaturas anti-germanófilas da revista.



Ilustração Portuguesa de 19 de Abril de 1915

Foto de Benoliel da manifestação de apoio ao Governo de Pimenta de Castro

Meados de Abril – Manifestação de apoio ao Governo de Pimenta de Castro, que recebe uma delegação de personalidades civis e militares.



Ilustração Portuguesa de 26 de Abril de 1915

Monárquicos reunidos na inauguração do Centro Monárquico de Lisboa. Pela primeira vez na República era permitido que os monárquicos se organizassem legalmente de modo a concorrer às eleições.

17 de Abril – Inaugurado o Centro Monárquico de Lisboa. O Governo permite que monárquicos e católicos se organizem legalmente e concorram às eleições, coisa até aí negada pelo Partido Democrático no poder. Este não tarda a afirmar que se tratava de uma medida “ditatorial” e anti-republicana. Em pouco tempo dezenas de centros monárquicos são criados em Portugal e os principais dirigentes do movimento regressam do exílio de quase quatro anos. As medidas do Governo abrem aos monárquicos e católicos o caminho da oposição legal e estes não tardam a afirmar que se vão candidatar às eleições – que nunca se realizaram por causa da revolução de Maio.



Ilustração Portuguesa de 26 de Abril de 1915

Foi com comoção que Portugal descobriu que o Tenente Francisco de Aragão, o herói de Naulila, dado como morto no combate contra os alemães, tinha, na realidade, sido feito prisioneiro juntamente com dois outros oficiais: os tenentes Raul de Andrade e António Marques. Seriam libertados pouco depois quando as forças da África do Sul conquistaram a colónia alemã.

Fins de Abril – Congresso do Partido Unionista no Politeama, em Lisboa, depois dos congressos semelhantes dos Partidos Democrático e Evolucionista. Brito Camacho é o principal orador e reafirma e sua posição de apoiar o Exército, a quem deve ser entregue a manutenção da ordem, segundo diz, e saudar os militares que combatem em África; defende igualmente que se devem aceitar todos os pedidos da Inglaterra feitos em nome da Aliança, mas sem forçar a beligerância. Não apoia expressamente o Governo, mas afirma que o partido irá concorrer às próximas eleições. É um discurso ambíguo que exprime as dificuldades dos republicanos moderados: tinham a expectativa que o Governo os iria apoiar nas eleições que marcou, de modo a derrotarem pela primeira vez a temível máquina eleitoral do Partido Democrático; quando o Governo abre o leque e permite que monárquicos e católicos concorram às eleições, os republicanos moderados ficam assustados, pois duvidam da sua capacidade de se impor nas urnas sem o apoio do executivo. Por causa disso em fins de Abril a sua posição é ambígua, sem apoiar expressamente o Governo, mas sem participar na conspiração que os republicanos radicais lançaram.



Ilustração Portuguesa de 10 de Maio de 1915

Brito Camacho, o principal teórico anti-guerrista, discursa no congresso do Partido Unionista. De notar que um oficial do Exército fardado está na mesa. Na altura os militares participavam abertamente na política partidária.

Fins de Abril – Registam-se na Madeira os maiores distúrbios desde a proclamação da República. A causa é a crise económica, provocada pela quase completa paralisação das exportações de bordados, vime e vinho, devido à falta de navios que assegurem os transportes. Os Madeirenses de vários conselhos, com destaque para a Camacha, afluem ao Funchal onde ocorrem fortes distúrbios, com assaltos a lojas, que obrigam à intervenção do Exército.



Ilustração Portuguesa de 10 de Maio de 1915

O Exército intervém na Avenida Oeste do Funchal, para tentar deter os assaltos e distúrbios violentos de protesto.



Ilustração Portuguesa de 10 de Maio de 1915

João de Azevedo Coutinho é um dos dirigentes monárquicos que regressa a Lisboa. Nesta fotografia de Benoliel desembarca na estação do Rossio, onde é recebido por familiares e outros dirigentes monárquicos. Outros destacados monárquicos regressam a Lisboa pouco antes do 14 de Maio, como Paiva Couceiro, o comandante das incursões que partiram da Galiza, ou o Padre Domingues, chefe monárquico em Cabeceiras de Basto.

MAIO DE 1915

Maio – Começam as operações de pacificação no Sul de Angola contra as populações sublevadas, que se vão prolongar durante muitos meses.



Ilustração Portuguesa de 3 de Maio de 1915

Camiões que apoiavam no Lubango as operações de pacificação.



Ilustração Portuguesa de 10 de Maio de 1915

Podia haver camiões em Angola, mas o transporte continuava a ser assegurado no essencial pelos robustos carros bóeres, os únicos que aguentavam as picadas do Sul. Foto de Telles Grilo de um carro bóer carregado de arroz.

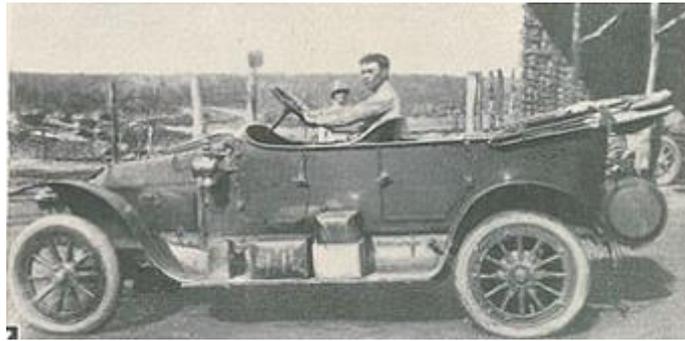


Ilustração Portuguesa de 10 de Maio de 1915

O automóvel de Alves Roçadas em Angola.

7 de Maio – Em Londres realiza-se uma reunião entre representantes do Almirantado e do Foreign Office sobre os navios alemães nos portos portugueses. Toda a discussão é colocada numa base muito clara: é possível conseguir os navios alemães sem provocar a beligerância portuguesa, coisa que não se deseja? Foram estudadas várias possibilidades, mas todas difíceis de concretizar. A mais favorável envolve a compra dos navios pelo Governo Português, o que implicava que se aceitava que a Alemanha passaria a dispor de dinheiro para compras nos países neutros. Uma vez os navios comprados por Portugal, estes poderiam ser vendidos à Grã-Bretanha, sem que a Alemanha considerasse que isto era motivo para a beligerância. A preocupação britânica era a de obter os navios sem provocar a beligerância.



Ilustração Portuguesa de 14 de Junho de 1915

Um dos grupos de civis armados que participou no 14 de Maio. O seu nome oficial, que lhe permitia manter uma existência legal, ocultava o seu verdadeiro papel: Centro Eleitoral dos Defensores da República. Distinguem-se alguns uniformes militares no meio dos civis.

14 de Maio – Sai para a rua o golpe preparado pelo Partido Democrático desde há muito. Vários navios da Armada em Lisboa aderem, sob o comando de Leote do Rego, que se instala no cruzador Vasco da Gama, no Tejo. Aderem igualmente o Arsenal da Marinha e o Quartel dos Marinheiros em Alcântara, dando aos revoltosos uma infantaria organizada que domina a zona ribeirinha da cidade, apoiada pelo fogo dos navios.

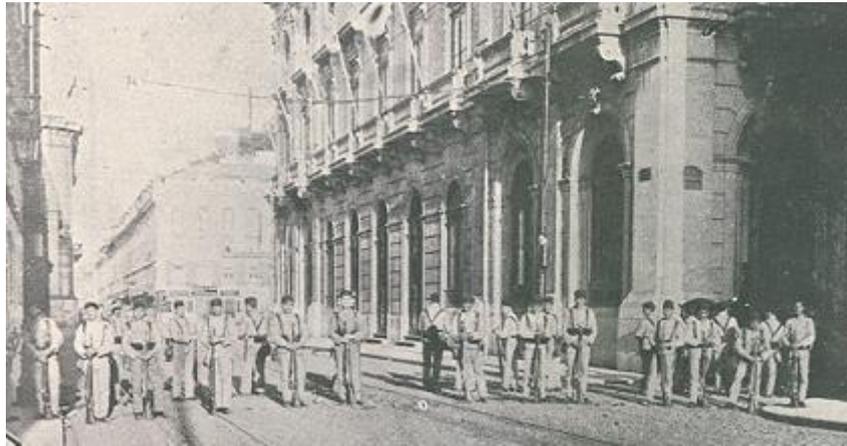


Ilustração Portuguesa de 17 de Maio de 1915

Infantaria 16 assegura a guarda do Ministério do Interior a 14 de Maio.

Grupos de civis armados fazem sentir a sua acção desde o primeiro momento e ajudam a dominar os quartéis da Marinha em Lisboa. Álvaro de Castro consegue o apoio de muitas das unidades de Santarém e recebe a missão de cortar o acesso a Lisboa das unidades do Exército no Norte. A esmagadora maioria das unidades do Exército, tanto em Lisboa como na província, apoiam o Governo, mas os seus oficiais têm dificuldades em as comandar devido à infiltração dos grupos civis apoiados pelas choças dentro dos quartéis.



Ilustração Portuguesa de 24 de Maio de 1915

O portão do Arsenal da Marinha com civis armados a 14 de Maio. Foi uma das principais unidades dos revoltosos.

O comando das forças leais ao Governo vai para o Quartel do Carmo, uma péssima escolha. Os grupos de civis armados conseguem tomar de assalto o Arsenal do Exército e o Arsenal de Beiroas, o que lhes dá acesso a muito armamento do Exército. Em contrapartida, as forças do Governo não conseguem tomar de assalto o Quartel de Marinheiros ou reconquistar o Arsenal do Exército, que são apoiados pela artilharia dos navios no Tejo.

Algumas baterias do Exército instalam-se nas zonas altas (como o Alto de Santa Catarina) e começam um duelo de artilharia contra os navios, que respondem ao fogo, provocando muitos

estragos nos prédios vizinhos. Com o passar das horas a acção dos grupos de civis faz-se sentir e as forças leais ao Governo começam a registar deserções. No final do dia algumas unidades passam parcialmente para o lado dos revoltosos, como acontece com parte de Infantaria 2 e da Guarda Fiscal.



Ilustração Portuguesa de 21 de Junho de 1915

Um dos grupos armados que alegadamente terá participado no 14 de Maio, originário das Caldas da Rainha. De notar que, para além de civis, encontramos neste e noutros grupos vários militares do Exército, da Armada e da GNR, ou, pelo menos, indivíduos com essas fardas (alguns só parcialmente fardados). O armamento é o mais eclético que se possa imaginar, desde caçadeiras de cano duplo a carabinas Mannlicher, espingardas Mauser-Vergueiro, Kropastchek e até Winchester de repetição, como a que foi usada no assassinato de D. Carlos em 1908 (tinham sido compradas na Suíça pelos republicanos). A bandeira é inspirada na antiga Carbonária, oficialmente dissolvida em 1911, mas ainda viva.

No fim do dia 14 uma série de iniciativas, algumas por parte das representações diplomáticas em Lisboa, leva a que o Governo aceite um cessar-fogo semi-oficial. Nesta altura a situação é confusa e, embora as ruas de Lisboa sejam dominadas pelos civis armados, o Governo ainda conta com o apoio de quase todas as unidades do Exército na capital e as da província, que recebem ordem para marchar sobre Lisboa. O Governo, porém, está desmoralizado e Pimenta de Castro apresenta a demissão a Manuel de Arriaga, para, segundo diz, facilitar uma “paz de compromisso”.



Ilustração Portuguesa de 24 de Maio de 1915

O Capitão de Fragata Leote do Rego comandou os navios da Armada que se revoltaram contra o Governo de Pimenta de Castro. Só uma parte dos navios no Tejo aderiu, mas foi respeitado mais uma vez o princípio de que “marinheiro não combate contra marinheiro”, pelo que os restantes navios permaneceram neutros.

15 de Maio – A trégua aceite no fim do dia 14 é péssima para as forças governamentais. Os civis desarmados aproveitam durante a noite para se misturar com a tropa das unidades leais ao Governo e minar a sua disciplina, fazendo com que muitas unidades passem a não obedecer ao seu comando. O mesmo tinha acontecido no 5 de Outubro, quando o cessar-fogo aceite pelos monárquicos provocou a dissolução da coesão das unidades. Na manhã do dia 15 os oficiais já só controlam uma parte das suas unidades, pelo que o Governo considera que perdeu a luta e começa a retirada.



Ilustração Portuguesa de 24 de Maio de 1915

Civis armados fazem parar e revistam carros em Lisboa. Durante vários dias são os civis armados, misturados com marinheiros, soldados, cabos e sargentos, que dominam as ruas de Lisboa, sem obedecer a ninguém, nem sequer à Junta Revolucionária que era suposto dirigir a revolução.

Os civis armados tomam conta das ruas de Lisboa e começam os abusos. Dezenas de casas de partidários de Pimenta de Castro, centros ligados ao Governo, sedes legais dos monárquicos e jornais que apoiaram a situação são assaltados pelos civis armados. Mesmo o Palácio Presidencial é tomado de assalto e Manuel de Arriaga só escapa porque consegue fugir minutos antes, escoltado por um esquadrão de cavalaria da GNR. Os civis disparam sobre o Quartel do Carmo, onde ainda estão Pimenta de Castro e Machado Santos, sendo com muita dificuldade que estes são levados presos para os navios no Tejo. O Governo Civil de Lisboa é igualmente tomado de assalto, bem como o quartel de Cavalaria 2, de onde tinha partido o movimento das espadas.



Ilustração Portuguesa de 24 de Maio de 1915

Um tenente de artilharia é conduzido preso pelas ruas de Lisboa por uma coluna de civis e marinheiros armados. Foi uma coluna semelhante que levou os cadetes e professores da Escola de Guerra desta para o Arsenal da Marinha. No percurso os cadetes presos são agredidos, insultados e arrancam-lhes os galões. Pelo menos um cadete e um professor são mortos a tiro à queima-roupa, apesar de estarem desarmados e seguirem sob escolta. Muitos são feridos e têm de receber tratamento no hospital. Há relatos de cadetes que foram salvos do fuzilamento no último minuto pela acção de alguns dos marinheiros armados que escoltavam a coluna.

O caso pior de todos é o assalto à Escola de Guerra, unidade considerada um centro dos anti-guerristas. A Escola de Guerra é assaltada por centenas de civis armados, só duas dezenas de cadetes se conseguindo armar para resistir durante algum tempo. Quando os cadetes depõem as armas começa o massacre: os civis armados em fúria assassinam a tiro vários cadetes e professores desarmados, apesar de estes se procurarem proteger com a bandeira nacional. Os sobreviventes são conduzidos numa coluna pelos civis armados para o Arsenal da Marinha, sendo alvo de agressões e insultos ao longo do trajecto, o que obriga dezenas a receberem tratamento nos hospitais – não admira que os cadetes reforçassem muito os seus sentimentos anti-guerristas depois deste massacre. Estariam na primeira linha do combate na revolução anti-guerrista vitoriosa de Sidónio Pais, de Dezembro de 1917.



Ilustração Portuguesa de 24 de Maio de 1915.

O Ministro da Marinha do Governo, o Vice-Almirante Xavier de Brito, é conduzido sob prisão por civis e marinheiros para o Arsenal da Marinha. Xavier de Brito ficou famoso por ter ordenado ao único submarino da Armada que torpedeasse o cruzador Vasco da Gama, navio chefe dos revoltosos. A ordem foi recebida, mas não obedecida.

Foi a mais sangrenta de todas as revoluções da República, apesar de os combates terem durado escassas 24h. Só nos cemitérios de Lisboa foram enterradas 102 vítimas, com pelo menos mais 6 em Santarém; só 6 hospitais em Lisboa referem que trataram 547 feridos. Os casos piores deram-se depois da demissão do Governo, com os massacres dos grupos de civis armados que dominavam as ruas sem obedecerem a ninguém. Norton de Matos, por exemplo, um dos dirigentes oficiais da revolução, tentou em vão deter o massacre na Escola de Guerra e por pouco não seria igualmente atingido pelos tiros dos civis. Os assaltos e os massacres continuam por vários dias em Lisboa, sendo ainda registados alguns casos a 20 de Maio.

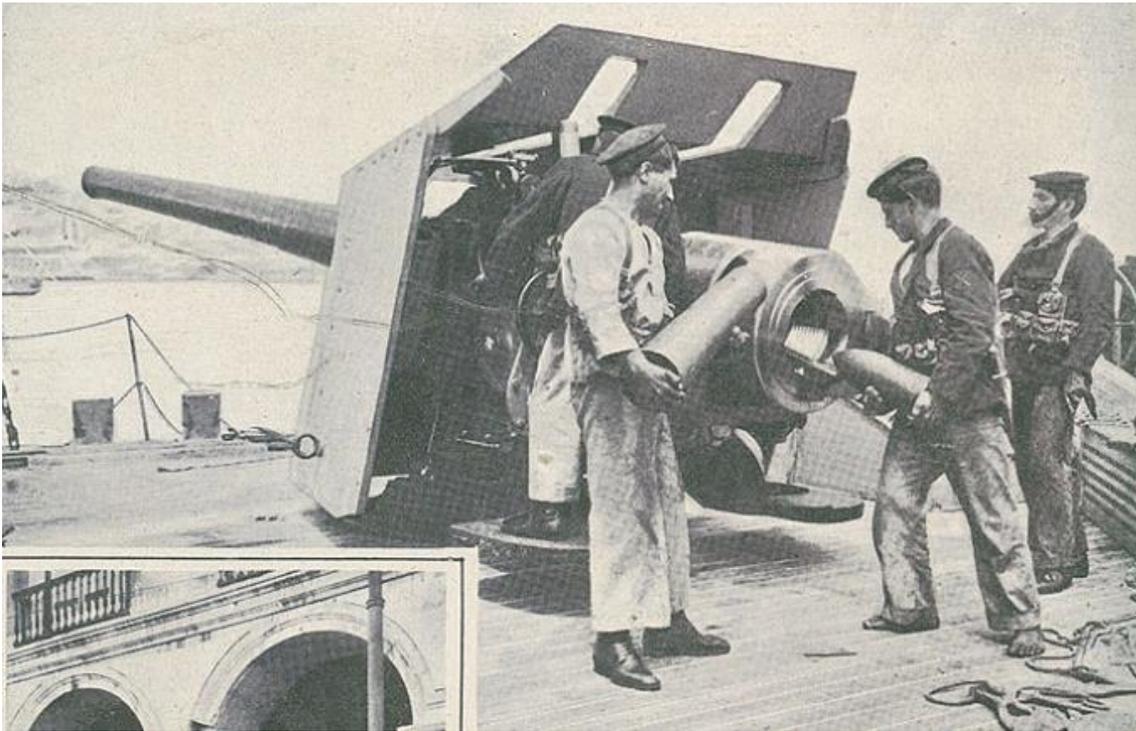


Ilustração Portuguesa de 24 de Maio de 1915

Uma das peças de 150 mm do Vasco da Gama que bombardeou Lisboa a 14 de Maio. Os cruzadores da Armada eram obsoletos frente aos congéneres das marinhas contemporâneas, mas eram muito eficazes para dominar o Tejo e a zona ribeirinha de Lisboa, fazendo sentir a acção da sua artilharia em toda a capital.

27 de Maio – Manuel de Arriaga apresenta a sua demissão. Tinha-se mantido oficialmente em funções, mas numa situação efectiva de prisão e sem qualquer poder, devido à interferência do Ministro Britânico. Carnegie avisou que, caso o Presidente da República fosse ilegalmente demitido, o regime perdia o reconhecimento internacional que demorou um ano a obter – a Grã-Bretanha não escondia o seu apoio aos anti-guerristas. Por esse motivo, a Junta Revolucionária mantém oficialmente Manuel de Arriaga em funções, mas com o compromisso deste se demitir na primeira reunião das Câmaras. É eleito pelas Câmaras para completar o mandato o maior rival de Manuel de Arriaga no antigo Partido Republicano: Teófilo Braga.

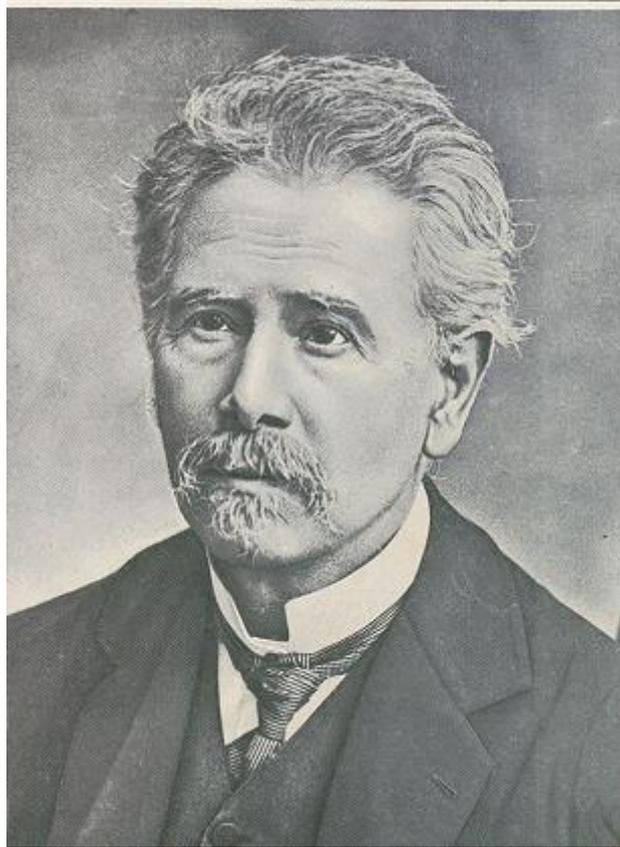


Ilustração Portuguesa de 7 de Maio de 1915

Teófilo Braga, o segundo Presidente da República e um rival político de Manuel de Arriaga. Ocuparia o cargo durante pouco tempo, pois o Partido Democrático não o considerava suficientemente guerristas, pelo que apresentaria Bernardino Machado como seu candidato nas futuras eleições nas Câmaras (o Presidente da República pela Constituição de 1911 era eleito por voto das Câmaras e não por voto popular). A 5 de Outubro de 1915 abandona a presidência.

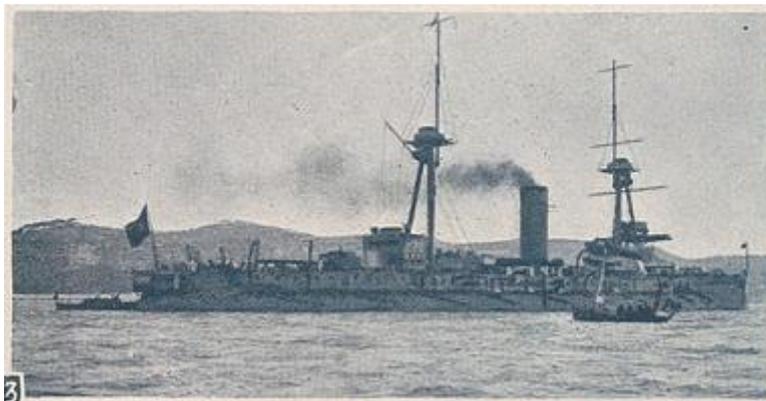


Ilustração Portuguesa de 31 de Maio de 1915

O couraçado Espanha no Tejo. O Espanha era o mais moderno (tinha sido completado em 1913) e poderoso navio da Armada espanhola, muito superior a qualquer dos cruzadores nacionais.

Segunda metade de Maio – As representações diplomáticas acreditadas em Lisboa ficam aterradas com os acontecimentos depois da revolução, quando as ruas da capital são dominadas pelos civis armados. Todas enviam relatos sobre o que chamam a anarquia e o caos na capital e referem que não podem garantir a segurança dos seus nacionais ou das instalações. Relatam que as casas estão a ser assaltadas às dezenas e que as poucas pessoas que circulam nas ruas são mandadas parar e agredidas se não soltarem vivas à Revolução e morras a Pimenta de Castro. A Espanha é a primeira a reagir e envia uma forte esquadra encabeçada pelo seu mais moderno e poderoso navio (o couraçado Espanha, o único couraçado da Península), que conta ainda com dois dos maiores cruzadores. Era uma força mais que suficiente para derrotar no Tejo a totalidade da marinha portuguesa, se surgisse algum confronto. Basta referir que o couraçado Espanha, completado há menos de dois anos (em Outubro de 1913), tinha 15452 t e contava com 8 peças de 305 mm. Por comparação, o velho (de 1876) cruzador Vasco da Gama, o navio chefe dos revoltosos, tinha 2982t, com peças que eram boas para dominar Lisboa, mas muito débeis frente a um moderno couraçado. A França e a Inglaterra apressam-se a enviar igualmente uma força naval para Lisboa, com o duplo objectivo de acalmar os ânimos dos civis armados e de moderar qualquer ímpeto intervencionista dos navios espanhóis. A força naval franco - britânica em Lisboa conta somente com dois cruzadores e retira-se rapidamente. A esquadra espanhola permanece muitos dias no Tejo, de modo a recordar aos radicais republicanos algumas realidades do condicionamento externo.

JUNHO DE 1915

13 de Junho – O novo executivo português mostra que quer provocar a beligerância a qualquer preço, contrariando a política de Pimenta de Castro. O Governo Britânico é informado que Portugal coloca os seus portos, sem qualquer restrição, ao serviço da campanha anti-submarina ou *“para qualquer outro fim”* que a Royal Navy (Marinha Britânica) deseje. O FO (Ministério dos Negócios Estrangeiros Britânico) limita-se a responder com uma nota (entregue a 22 de Junho) onde diz que considera este gesto *“mais uma prova da confiança existente entre os dois Governos”*, o que é uma forma diplomática de dizer que não se aceita a *“oferta”*.



Ilustração Portuguesa de 28 de Junho de 1915

O gabinete José de Castro surge devido à recusa dos Partidos Unionista e Evolucionistas de se ligarem à política guerrista do Partido Democrático e integrarem o Governo. É oficialmente encabeçado por um independente (José de Castro), mas ninguém duvida que é um executivo do Partido Democrático. Norton de Matos participa, mas ainda só com a responsabilidade da pasta das Colónias. José de Castro é obrigado a avançar pois João Chagas, inicialmente escolhido para encabeçar o Governo, é vítima de um atentado que quase o mata.

19 de Junho – Carnegie, o ministro britânico em Lisboa, refere em telegrama para o FO que o Governo Português tem feito tudo para provocar a beligerância, aceitando os pedidos apresentados, como seja o de ceder um destroye comprado na Itália ou o de permitir a instalação de uma estação de rádio na Madeira, e oferecendo os portos portugueses para o esforço de guerra Aliado. Alerta, porém, que parte desta “fúria beligerante” se deve à péssima situação financeira, estando prestes a esgotar-se as divisas para compras no exterior, pelo que é de esperar que a curto prazo seja apresentado um pedido de ajuda financeira.



Ilustração Portuguesa de 28 de Junho de 1915

A manifestação pró-Aliada de 20 de Junho saúda a representação da França na Calçada Marquês de Abrantes, com o ministro francês a agradecer da varanda.

20 de Junho – O Governo Português promove uma manifestação a favor dos Aliados em Lisboa, que oficialmente é organizada por associações “cívicas”. São milhares de pessoas que se dirigem às várias delegações Aliadas, tendo entregue em todas um manifesto a favor da causa Aliada. Finalmente, a manifestação visita a delegação espanhola, onde entrega uma nota muito politicamente correcta dizendo que Portugal sente uma “amizade profunda” pelo seu vizinho. Carnegie recebe uma representação dos manifestantes e faz um pequeno discurso, onde, como ele próprio explica para Londres, evitou qualquer palavra que pudesse ser considerada um encorajamento à beligerância.



Ilustração Portuguesa de 21 de Junho de 1915

Teófilo Braga vota em Santa Isabel. Ninguém estranha a vitória esmagadora do Partido Democrático nas eleições de Junho de 1915, umas das menos democráticas de toda a República.

Eleições de Junho – As primeiras eleições depois da revolução de Maio, feitas ainda num clima de grande intimidação por parte dos civis armados e sem que os monárquicos e católicos possam concorrer, mostram que se regressou ao passado. É uma vitória fácil do Partido Democrático, que reforçou com a revolução de Maio o seu domínio dos caciques e da máquina eleitoral, elegendo 104 deputados, contra escassos 24 Evolucionistas e 13 Unionistas. Não se permite que qualquer outra força se apresente às eleições, onde votam somente cerca de 5% da população portuguesa. O Portugal dominado pelo Partido Democrática era uma duvidosa democracia, mesmo pelos critérios normais na Europa de então, diferentes dos actuais.

JULHO DE 1915

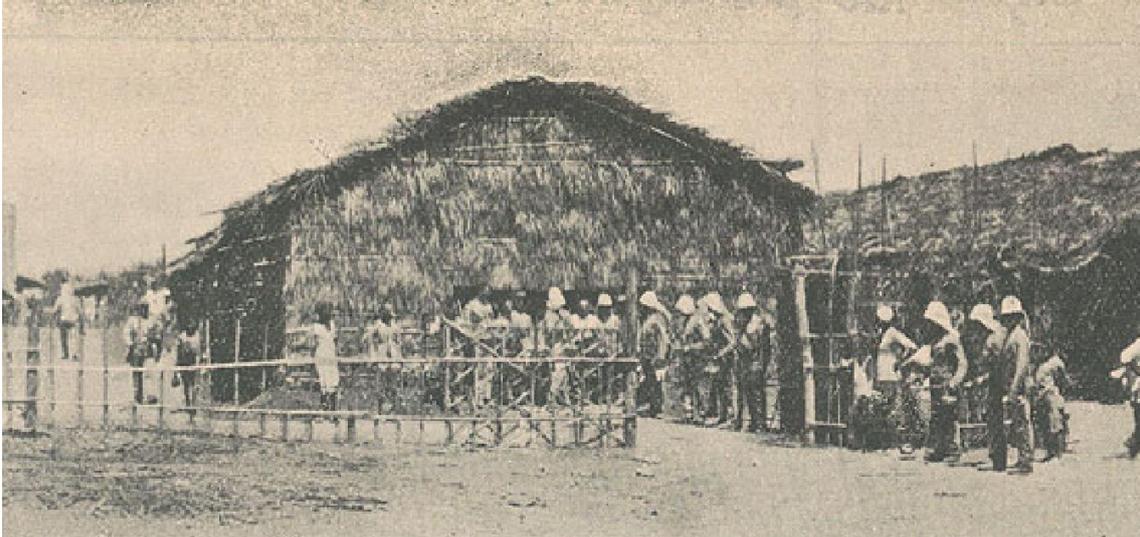


Ilustração Portuguesa de 12 de Julho

Fotografia de um quartel da artilharia expedicionária em Porto Amélia, reveladora sobre as deficientes instalações. A expedição sofreu 50% de baixas por razões sanitárias em seis meses, sem entrar em combate.

12 de Julho – O FO (MNE britânico) dá a sua opinião ao Almirantado sobre o possível uso dos portos portugueses na guerra anti-submarina. Recorda que um tal passo poderia levar a uma declaração de guerra por parte da Alemanha, algo que muito agradaria ao Governo Português, mas que a Grã-Bretanha não deseja, pois teria de sustentar todo o esforço militar e a economia portuguesa. Assim sendo, o FO sugere que se dispense o uso dos portos portugueses. O Gabinete de Guerra Britânico (a entidade política suprema na GB) concorda com esta posição, pelo que a 12 de Julho pergunta ao Almirantado que facilidades deseja obter nos portos portugueses, de modo a encontrar uma forma de as conseguir sem que isso implique o risco da beligerância - PRO FO 371/2471.



Ilustração Portuguesa de 26 de Julho de 1915

O cortejo de 14 de Julho passa na Avenida da Liberdade.

14 de Julho – Os radicais republicanos, com a preocupação de legitimarem o revolução de 14 de Maio, organizam a 14 de Julho um cortejo que, partindo do Terreiro do Paço, vai depor flores aos mortos no cemitério do Alto de São João. Participam principalmente marinheiros, que marcham fardados, mas sem armas.



Ilustração Portuguesa de 19 de Julho de 1915

Mais um contingente de forças expedicionárias desembarca no Lobito.

17 de Julho – O Almirantado responde à questão colocada a 13 pelo Gabinete de Guerra. Diz que pretende somente o uso do Porto para escala dos pequenos navios de pesca mobilizados e transformados em escoltas costeiras que asseguram a protecção dos comboios entre Gibraltar e o Sul da França. Coloca ainda a possibilidade de usar Lagos (no Algarve) para o mesmo fim, como um local para abastecimento de carvão. A 31 de Julho, o Almirantado esclarece que pretende colocar no Porto uma força de 8 a 12 pequenas escoltas, que poderão ser apoiadas por um navio maior. Pretende ainda enviar um oficial da marinha a Portugal para estudar a possibilidade de comprar arrastões ou outros navios de pesca no mercado nacional que possam ser armados e transformados em escoltas. PRO FO 371/2471.

22 de Julho – Teixeira Gomes cumpre relutantemente as instruções recebidas de Lisboa e informa que “começou a preparar” Sir Edward Grey para uma declaração de guerra por parte de Portugal. A recepção a esta “preparação” não pode ser mais fria, como Teixeira Gomes previa: o responsável da diplomacia de Sua Majestade logo esclarece que Portugal é livre de fazer o que entender, não pode é contar com o apoio da Grã-Bretanha em caso de uma beligerância forçada. Ainda não era uma resposta oficial que só chegou a 6 de Agosto.

AGOSTO DE 1915

4 de Agosto – O FO responde às pretensões do Almirantado sobre o uso dos portos portugueses (Porto e Lagos). Aconselha que não se faça qualquer pedido de momento, pois este seria aproveitado pelo Governo Português para provocar a beligerância. Assim sendo, deve-se aguardar, pois está a ser estudada a questão dos navios alemães em portos portugueses, podendo ser feita uma diligência sobre eles a curto prazo. Concorde com o envio imediato de um oficial da marinha a Portugal para comprar arrastões e outros navios de pesca que possam ser adaptados a escoltas, mas aconselha que isto seja feito tão discretamente quanto possível. O Almirantado actua: a 28 de Agosto, informa que o Sr. Skentelbery, um civil da Smith Dock Trust Company, se deslocou ao Porto, onde estudou a compra de arrastões, disfarçando a sua acção com a cobertura da Companhia de Seguros Lloyd's. Esta viagem permitiu identificar 14 arrastões que podem ser comprados em Lisboa e no Porto por preços que variam entre as 4000 e as 11000 libras. Em começos de Setembro são transferidas 87000 libras para adquirir os barcos, que devem ser comprados pela Lloyd's, sem um envolvimento oficial do Governo Britânico. O Governo Português não é informado desta diligência do Almirantado.

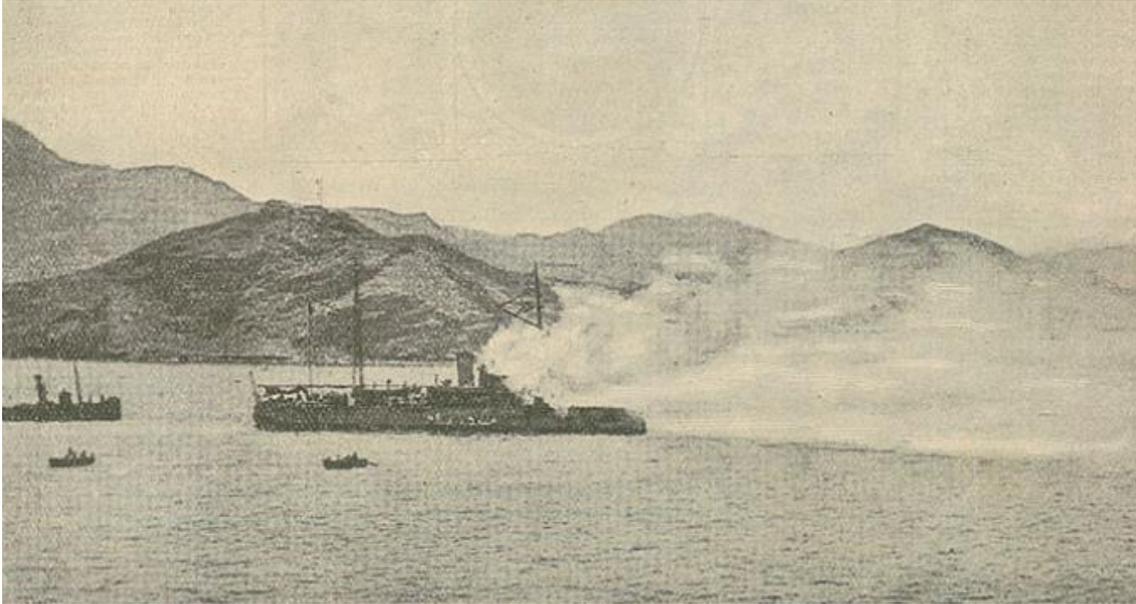


Ilustração Portuguesa 2 de Agosto de 1915

A Canhoneira Ibo arde no porto de S. Vicente, devido a uma explosão no paiol das tintas, tendo sido auxiliada por um cruzador britânico. Nesta altura ainda não se fazia sentir a acção dos submarinos alemães em Cabo Verde, pelo que os cruzadores britânicos usavam este porto. A Armada destacava uma canhoneira para S. Vicente para marcar a sua presença e para servir como modesta defesa contra uma possível ameaça submarina. O porto, porém, não tinha redes anti-torpedo, nem qualquer defesa eficaz contra submarinos, pelo que os cruzadores britânicos o abandonam pouco depois, quando os submarinos alemães alargam a sua zona de operações até Cabo Verde.

6 de Agosto – O FO responde oficialmente às diligências portuguesas em Londres e em Lisboa, onde se afirmava que tinha chegado a altura de Portugal declarar guerra à Alemanha. Afirma, em resumo, que Portugal pode fazer o que entender, mas em caso de beligerância não provocada com a Alemanha, se esta não partir de um pedido do Governo de Sua Majestade, não deve contar com qualquer apoio militar ou financeiro por parte da Grã-Bretanha, que se limita a defender as suas costas e proteger as colónias, de acordo com as obrigações da Aliança. É mais uma bofetada do secular Aliado nos desejos guerristas, pelo que o Governo recua. Portugal enfrenta uma situação financeira gravíssima sem dinheiro para compras no exterior, pelo que sem os créditos britânicos a fome generalizada será uma realidade a curto prazo – este foi um dos grandes incentivos para mais esta tentativa de forçar a beligerância. A Grã-Bretanha, conhecendo igualmente esta realidade, menciona pela primeira vez num documento entregue a Portugal a possibilidade de “comprar” os navios alemães em portos portugueses. Curiosamente o Governo Português não entende que esta é a única janela de oportunidade para forçar a beligerância e não a explora. É possível que estivesse a contar com os navios alemães como um trunfo a usar quando apresentasse um pedido urgente de apoio financeiro, o que fará em Dezembro de 1915.

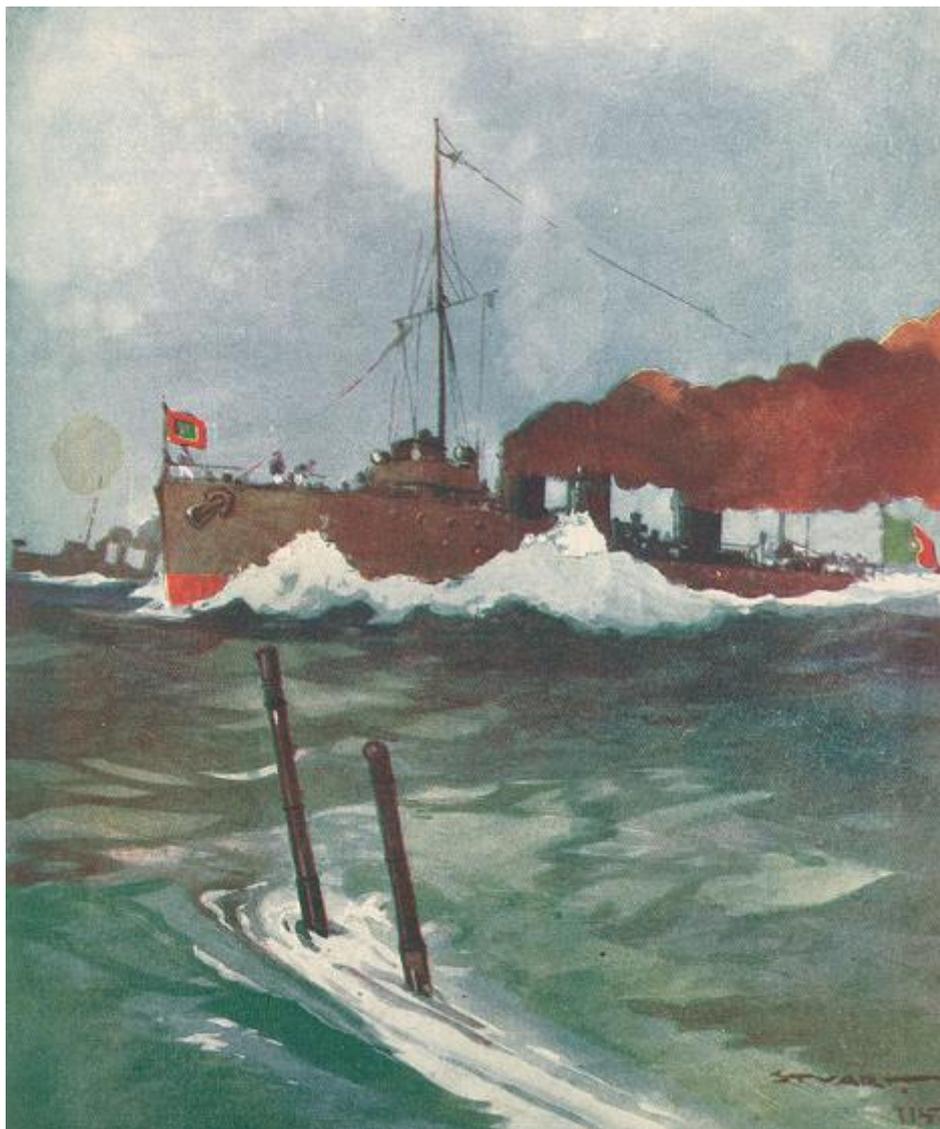


Ilustração Portuguesa de 9 de Agosto de 1915

A capa da revista inclui uma ilustração do submarino Espadarte a “atacar” o destroyer “Guadiana”. O Espadarte foi o primeiro submarino português e, nas manobras realizadas em 1915, provou a capacidade da nova arma, tendo “afundado” (em simulação, é claro) os cruzadores da Armada que participavam nos exercícios. Uma das conclusões destas manobras foi que, quando um submarino estava na zona, a única coisa que os cruzadores podiam fazer era afastar-se a toda a velocidade. O Guadiana era um dos primeiros destroyers portugueses, o único tipo de navios da Armada que, pela sua velocidade mais que outra coisa podia enfrentar um submarino (não estava equipado com cargas de profundidade ou hidrofones).



Ilustração Portuguesa de 16 de Agosto de 1916

Bernardino Machado, o terceiro Presidente da República.

Agosto – As Câmaras elegem Bernardino Machado como o terceiro Presidente da República. Teófilo Braga tinha sido eleito somente para completar o mandato de Manuel de Arriaga. Para surpresa de alguns o candidato do Partido Democrático seria Bernardino Machado, pois Teófilo Braga tinha mostrado não ser suficiente guerrista. Com Bernardino Machado na presidência e Afonso Costa à frente do Governo estava completa a equipa guerristas, que iria fazer um esforço imenso para provocar a beligerância nos próximos meses.

24 de Agosto – Regressam a Portugal os primeiros prisioneiros dos alemães. São as poucas dezenas de prisioneiros feitos em Naulila e libertos pelos Sul-Africanos que completaram em Julho a ocupação da colónia alemã. O vapor África transporta-os para Lisboa, onde desembarcam triunfalmente. A estrela do pequeno grupo é o capitão Aragão, promovido dias antes, acompanhado pelo tenente Marques e o Alferes Andrade.



Ilustração Portuguesa de 30 de Agosto de 1915.

Chega a Lisboa no vapor África o grupo de prisioneiros capturados pelos alemães em Naulila. Os três oficiais estão sentados no centro (o capitão Aragão à esquerda, vestido à civil).



Ilustração Portuguesa de 23 de Agosto de 1915

Peça da 1ª Bateria da artilharia de montanha no Sul de Angola, no apoio às campanhas de pacificação que continuam. É uma peça Schneider MTR M1906 de 75 mm, capaz de lançar uma granada explosiva de 5 kg a 5480m. Era uma peça de montanha, mas o seu peso reduzido (520 kg) aconselhava o seu uso nos terrenos moles do Sul de Angola, juntamente com a Erhardt M1905. Na segunda fotografia vemos a 1ª bateria no seu conjunto, com as mulas e todas as peças.

SETEMBRO DE 1915

1 de Setembro – Apesar de não conseguir provocar a beligerância, o Governo não esconde a sua intenção de entrar na guerra o mais depressa possível e uma Lei aprovada neste dia obriga a que se organizem dois orçamentos: um ordinário e outro extraordinário para cobrir as despesas directamente relacionadas com a guerra.

9 de Setembro – A compra discreta dos arrastões (ver 4 de Agosto) correu mal. O Governo Português fez aprovar uma lei onde se proibia a venda de barcos de pesca a estrangeiros,

argumentando que eles eram necessários para alimentar a população portuguesa. Não é claro se o Governo Português desconhecia que a compra dos navios era, na realidade, feita pelo Governo Britânico, ou se simplesmente queria obrigar Londres a fazer um pedido oficial em nome da Aliança para adquirir os navios. De qualquer modo o Governo de Sua Majestade é obrigado a intervir e pede a Portugal que anule a lei. O Governo Português logo afirma que “se tivesse sido informado antes”... a lei não seria aprovada, mas, estando ela em vigor, era difícil a sua anulação. É claro que se acrescenta que... se fosse feito um pedido oficial em nome da Aliança, tudo seria diferente – o Governo Português não perdia uma oportunidade para forçar a beligerância como a gestão do caso dos arrastões prova.

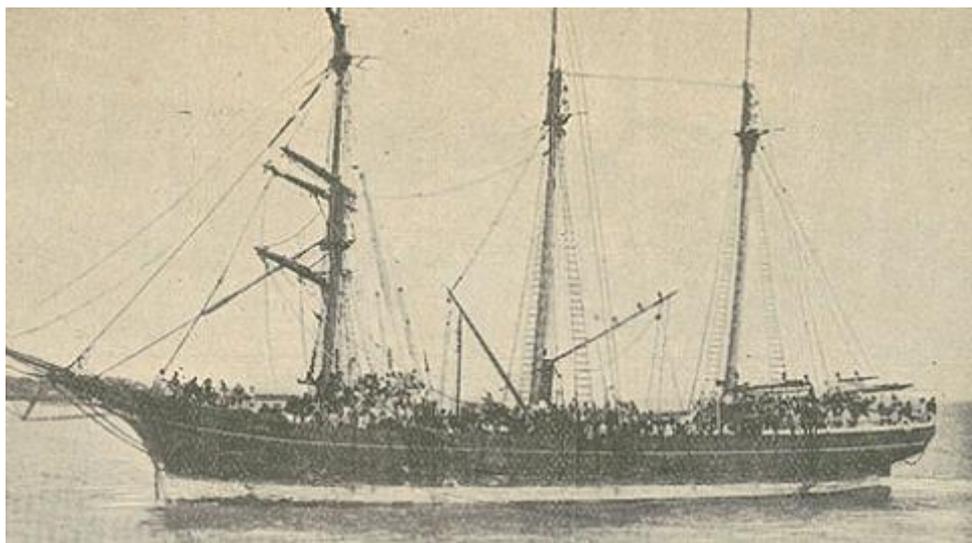


Ilustração Portuguesa de 4 de Outubro de 1915.

O veleiro Luso que transportou unidades portuguesas nas campanhas de pacificação da Guiné-Bissau. Para além das forças expedicionárias enviadas para Angola, Moçambique e Cabo Verde, Portugal ainda manteve em 1914-1915 operações activas na Guiné.

16 de Setembro – Portugal volta à carga junto da Grã-Bretanha e Augusto Soares entrega uma longa nota diplomática a tentar provar que se deve declarar guerra à Alemanha. É uma lista imensa de todos os agravos e agressões alemãs cometidos nos últimos anos, acompanhada de uma não menor lista do apoio prestado aos Aliados desde o começo da guerra. A terminar, chama-se a atenção para o contraste entre a actual posição britânica e a assumida em Outubro de 1914, quando Portugal foi “convidado” a participar na guerra. A nota confirma os piores receios do Governo Britânico: o Governo Português tudo fará para provocar a beligerância. A preocupação britânica é ocultar este facto à França; a preocupação portuguesa é dar a conhecer este facto à França e pedir a sua intervenção, forçando a vontade da Grã-Bretanha.

18 de Setembro – Agrava-se a falta de géneros e a carestia de vida. Um decreto determina que os agricultores são obrigados a vender aos preços tabelados toda a colheita que não seja consumida pelas suas famílias, tendo de a entregar às autoridades indicadas. A GNR é

chamada a fazer cumprir este decreto a que os agricultores resistem, pois o preço real dos alimentos é muito superior ao tabelado.

OUTUBRO DE 1915

De Outubro a Dezembro – Legislação de Mobilização da Sociedade – São aprovadas uma série de leis draconianas que permitem ao Governo nacionalizar empresas, orientar estas para determinada produção, tabelar preços, combater o mercado negro e organizar o racionamento. São medidas que os beligerantes já tinham adoptado, mas Portugal ainda era formalmente neutro. Como é normal com quase todas as leis em Portugal, o texto é extremamente duro e dá poderes muito amplos ao Governo, mas todos sabem que estes só serão parcialmente aplicadas e que se algum governo mais distraído aplicasse a totalidade das medidas previstas criaria o caos na sociedade de um dia para o outro.

5 de Outubro – Bernardino Machado, anteriormente eleito pelas câmaras toma posse como o 3º Presidente da República.



Ilustração Portuguesa de 11 de Outubro de 1915.

Bernardino Machado ao sair da Assembleia depois da cerimónia de tomada de posse.

Outubro de 1915 – Parte a 2ª expedição para Moçambique, depois da 1ª ter sido dizimada pelas doenças (21% de baixas em seis meses) sem ter entrado em contacto com os alemães e sem estar sequer próxima do Rovuma. A 2ª expedição é comandada pelo major Moura Mendes, organizada à volta de um batalhão do RI21. Conta ainda com uma bateria de artilharia de montanha, 1 esquadrão de cavalaria e unidades auxiliares, num total de 41 oficiais e 1502 praças. Acompanha a expedição Álvaro de Castro, o novo Governador-Geral de Moçambique, com a intenção firme de guarnecer a fronteira do Rovuma e fazer ocupar o pequeno triângulo de Kionga, na foz deste rio. Ver 7 de Novembro.



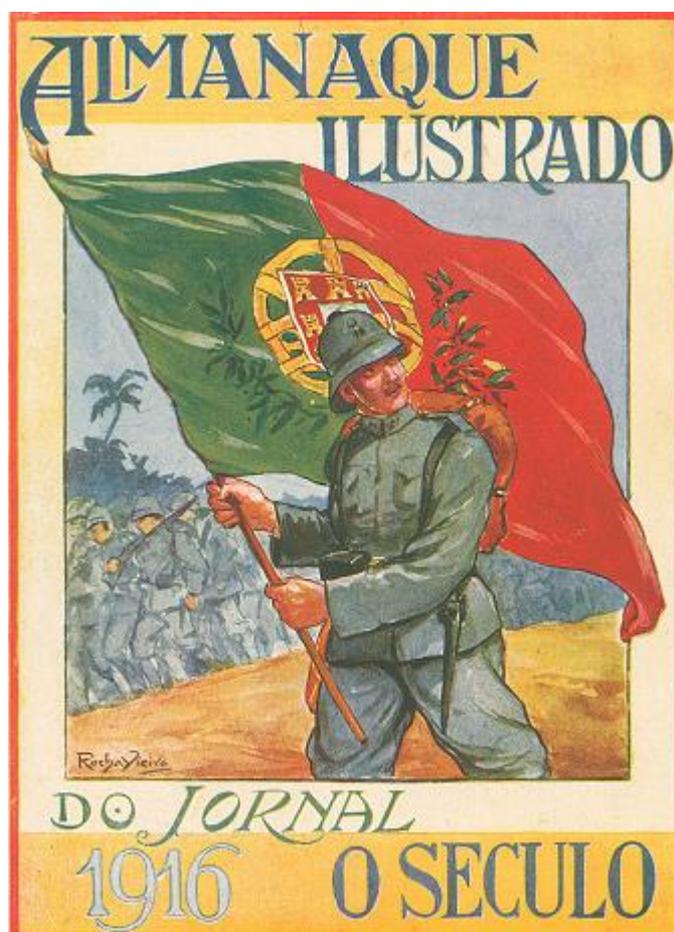
Ilustração Portuguesa de 25 de Outubro de 1915.

Acampamento de uma Escola de Repetição em Monção, com Infantaria 14, Artilharia 7 e Cavalaria 7. As escolas de repetição eram feitas em períodos curtos durante o verão para recordar às reservas os ensinamentos adquiridos na recruta militar. Até 1915 não se realizaram praticamente escolas de repetição, mas a perspectiva da beligerância fez com que nesse ano se realizassem várias. Fotografia de Melo Oliveira.

NOVEMBRO DE 1915

7 de Novembro – As forças da 2ª expedição desembarcam em Porto Amélia e, mais uma vez, nada está preparado para as receber, apesar de a anterior expedição estar há mais de um ano em Moçambique. Repetem-se os mesmos erros, com fraca assistência sanitária, sem camas e quase sem tecto para os europeus dormirem, alimentação muito deficiente e geral desorganização. O resultado é uma catástrofe sanitária ainda maior que a da 1ª expedição e mais uma vez devido exclusivamente à má organização e falta de coordenação das entidades

portugueses civis e militares. Álvaro de Castro, assim que chega a Moçambique (Novembro de 1915) pede ao major Moura Mendes informações sobre a situação na fronteira Norte. Este responde que o comando da 1ª expedição só lhe tinha deixado “pequenos apontamentos dispersos”, impossíveis de entender, pelo que desconhecia qual a situação no Rovuma. Álvaro de Castro insiste na preparação de um relatório urgente. Quando Portugal se tornou beligerante, passados cinco meses (Março de 1916), o relatório ainda não tinha sido recebido em Lourenço Marques. Nessa altura a 2ª expedição registava 50% de baixas por razões de saúde (a primeira só tinha sofrido 21% de baixas). É de notar que as anteriores expedições de pacificação para Moçambique registavam normalmente 10% de baixas por razões de saúde ao fim de 6 meses de operações, pelo que as 50% de baixas em cinco meses da segunda expedição, sem entrar em operações, só se podem entender tendo em conta as condições particulares da 1ª Guerra Mundial. A culpa não era do Exército Português, mas sim de todo o ambiente operacional, do enquadramento político desastroso dos Governos guerristas e da falta de entendimento, cooperação ou vontade das diversas entidades envolvidas – era um reflexo da grande clivagem nacional.



O Almanaque Ilustrado de “O Século” para 1916, publicado em fins de 1915, Na capa um soldado das forças expedicionárias para África.

29 de Novembro – Relutantemente Afonso Costa forma o seu segundo Governo. O chefe incontestado do Partido Democrático teria preferido manter-se nos bastidores, reservando-se para só entrar no executivo quando se concretizasse a beligerância, até porque sabe que a situação financeira é crítica. As sucessivas demissões do velho José de Castro obrigam Afonso Costa a avançar prematuramente, numa altura em que já não podia invocar razões de saúde para não o fazer. A “força de choque dos guerristas” toma finalmente conta do poder (Afonso Costa, Norton de Matos e Augusto Soares no Governo, com Bernardino Machado na presidência) – dentro de menos de cinco meses Portugal será beligerante.



Ilustração Portuguesa de 8 de Novembro de 1915.

Os normais exercícios da Escola de Tiro realizados em Mafra incluíram neste ano a utilização de trincheiras e abrigos elaborados construídos pelos sapadores a pensar na guerra de trincheiras.



Ilustração Portuguesa de 22 de Novembro de 1915.

Um carro bóer puxado por 20 bois atravessa um rio em apoio às campanhas no Sul de Angola. Lento, mas muito sólido, era o melhor meio de transporte de então neste terreno.

DEZEMBRO DE 1915



Ilustração Portuguesa de 29 de Novembro de 1915.

Uma bateria de peças francesas de 75TR em Salónica, na Grécia, onde os Aliados desembarcaram neste ano. João Chagas, ministro de Portugal em Paris, chegou a prometer ao Governo Francês a participação de tropas portuguesas nas operações na

Grécia se conseguissem convencer a Inglaterra a aceitar a beligerância portuguesa. A pressão dos guerristas era permanente, tanto em Londres como em Paris.

13 de Dezembro – Daeschner, o ministro francês em Lisboa, explica ao Governo Francês que estão a ser publicados nos jornais portugueses e franceses artigos a favor da beligerância portuguesa, que são pagos por João Chagas (ministro de Portugal em Paris) com fundos públicos. A sua sugestão é que a França apoie esta acção, de modo a pressionar a Grã-Bretanha para retirar a “proibição” de Portugal declarar guerra à Alemanha – na realidade, a Grã-Bretanha não “proibiu” formalmente a beligerância, tendo-se limitado a dizer que Portugal podia declarar guerra à Alemanha se o desejasse fazer, mas estava por sua conta não devendo contar com a ajuda britânica.



Ilustração Portuguesa de 13 de Dezembro de 1915.

A equipa que colocou Portugal na guerra visita a redacção da Ilustração Portuguesa em fins de 1915. Afonso Costa (2º a contar da esquerda), Bernardino Machado (4º a contar da esquerda), Augusto Soares (à esquerda do Presidente da República) e Norton de Matos (2º a contar da direita).



Ilustração Portuguesa de 13 de Dezembro de 1915.

Regressam a Lisboa no vapor Zaire os primeiros expedicionários para África, que tinham partido em fins de 1914.

28 de Dezembro – Carnegie, o ministro britânico em Lisboa, informa o seu Governo que Portugal está sem meios de pagamentos internacionais, pelo que precisa da ajuda financeira dos Aliados para comprar comida na América. Afonso Costa pede um crédito imediato de 2 milhões de libras e diz que vai enviar a Londres o Sr. Bleck para o negociar, dando como garantia os Bilhetes do Tesouro Portugueses. Carnegie acrescenta que o Governo Português enfrenta uma crescente onda de contestação interna porque é evidente que quer provocar a beligerância e que a Grã-Bretanha não a deseja. Assim sendo, se não conseguir a curto prazo a ajuda financeira que pede, muito possivelmente não se conseguirá aguentar no poder. PRO FO 371/2471.

29 de Dezembro – O Governo Francês soube igualmente das dificuldades dos guerristas portugueses, pelo que, tal como já tinha feito antes, resolve dar-lhes uma ajuda preciosa para forçar a posição dos britânicos. Neste dia é entregue uma nota em Londres onde Aristides Briand (1º Ministro e MNE da França) afirma que a França enfrenta dificuldades de fretes marítimos pelo que pensa pedir a apreensão dos navios alemães retidos em portos portugueses. Sugere mesmo que Portugal apreenda esses navios invocando o direito de recompensa pelos prejuízos causados pela Alemanha em Angola, sendo evidente que esse acto provocaria a beligerância portuguesa. Todo o assunto é apresentado a Londres como uma decisão já tomada e não como uma proposta para ser discutida com a Grã-Bretanha. A França limita-se a informar previamente Londres do que vai fazer, sem lhe pedir o seu beneplácito. Esta atitude de força francesa é o cheque-mate para a Grã-Bretanha, que não deseja a beligerância portuguesa. Perante isto, Londres é colocado entre a espada e a parede, pelo que relutantemente avança com o pedido próprio para a apreensão dos navios alemães, mesmo sabendo que este irá provocar a beligerância. A França mais uma vez salva os guerristas

portugueses, quando estes estavam num momento especialmente difícil, onde era previsível que seriam derrubados do poder a curto prazo se a beligerância não se concretizasse. PRO FO 371/2759.



Ilustração Portuguesa de 29 de Março de 1915

Magnífica fotografia de outra das peças portuguesas usuais em Angola: a Ehrhardt M1905 de 75 mm. Vinha equipada com um escudo, mas este era retirado normalmente para as operações em África quando não se tinham de enfrentar os alemães. Era uma peça de 529 Kg, capaz de colocar uma granada de 6,3 Kg a 5750 m, com uma guarnição total de 7 homens (em África normalmente com menos). Era uma peça de origem alemã inferior à Canet (a outra usada em Angola), segundo Nuno Rubim, foi provavelmente adquirida directamente por Angola às autoridades alemãs em 1905-06.

30 de Dezembro – Sir Edward Grey, MNE da Grã-Bretanha, informa o embaixador da França que há meses que o seu país estudava o caso dos navios alemães – o que é verdade. O Gabinete de Guerra deu instruções para pedir a apreensão dos navios em portos portugueses, tendo sido solicitada uma primeira sondagem não oficial a Carnegie (ministro em Lisboa) para avaliar a reacção do Governo Português. Sir Edward Grey explica a posição da Grã-Bretanha com palavras muito claras: *“Tentei impedir Portugal de forçar um rompimento com a Alemanha, pois temia que isso pudesse perturbar a Espanha. Não podemos defender a fronteira terrestre portuguesa e se a Espanha entrasse na guerra pelo lado dos Poderes*

Centrais, esse facto seria muito mais importante para o futuro do que a ajuda de Portugal". O que não diz, é que a Grã-Bretanha não deseja a beligerância portuguesa, pois ela implica a manutenção dos guerristas no poder e representa um preço demasiado elevado que terá de ser pago em troca de uma colaboração de duvidosa utilidade. Sir Edward Grey recorda ainda as obrigações da Aliança que ligam há séculos os dois países, mandando ao embaixador francês uma mensagem muito clara: Portugal é nosso terreno e não aceitamos uma interferência da França! A verdade, porém, é que a acção da França tinha obrigado a Grã-Bretanha a dar o passo que acabaria por provocar a beligerância. Paris recebe uma "reprimenda" do seu Aliado, mas consegue alcançar os objectivos centrais: provocar a beligerância portuguesa e manter os radicais guerristas, seus aliados, no poder. PRO FO 371/2759.

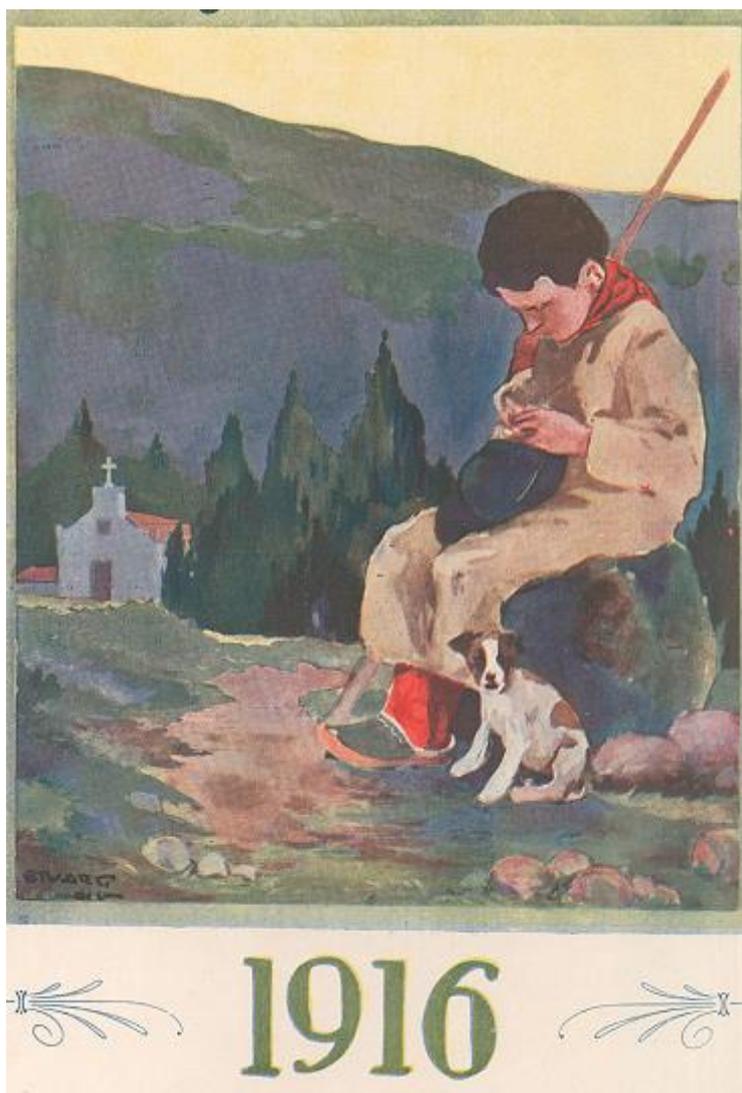


Ilustração Portuguesa de 28 de Dezembro de 1915.

É com esta gravura bucólica que a Ilustração Portuguesa saúda na sua capa o novo ano de 1916. Passados três meses os guerristas teriam finalmente conseguido forçar a beligerância.